

REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO

ECONOMIA | ESTADO | SOCIEDADE

GOVERNO DO PARANÁ
Governador CARLOS ALBERTO RICHIA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
Secretário CASSIO TANIGUCHI

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Diretor-Presidente GILMAR MENDES LOURENÇO

Revista Paranaense de Desenvolvimento / Instituto Paranaense
de Desenvolvimento Econômico e Social. – n.82 (1994) - . –
Curitiba : IPARDES, 1994 -

Quadrimestral: 1994-1999 ; Semestral: 2000 - .
Resumos em português, inglês e espanhol.
Editor anterior: BADEP, n.1-81 (1967-1982).
A partir do nº 124 da *Revista Paranaense de Desenvolvimento*
passou-se a incluir, nas especificações da publicação,
a informação referente ao volume.
ISSN impresso 0556-6916.
ISSN on-line 2236-5567.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Desenvolvimento social.
3. Planejamento. 4. Administração pública. I. Instituto Paranaense
de Desenvolvimento Econômico e Social.

CDU 3(81)(05)

Indexada em / Indexed in / Indexada en:
DOAJ - Directory of Open Access Journals
Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina,
el Caribe, España y Portugal
Dialnet - Hemeroteca de artículos científicos, Universidad de La Rioja, España
CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades, Universidad Nacional Autónoma de México
GeoDados - Publicação de referências bibliográficas, Universidade Tecnológica Federal do Paraná,
Campus Ponta Grossa
LivRe - Portal para periódicos de livre acesso na internet
Sumários.org - Sumários de revistas brasileiras
Diadorim-Ibict - Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras
SEER-Ibict - Portal do Sistema de Editoração Eletrônico de Revistas
CAPES - Portal de Periódicos

CONTATO COM A RPD

E-mail: revista@ipardes.pr.gov.br
Plataforma na internet da Revista Paranaense de Desenvolvimento:
<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/index>
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Rua Máximo João Kopp, 274 - Centro Administrativo Regional Santa Cândida - Bloco 1
CEP 82630-900 - Curitiba - Paraná - Brasil Fax: (41) 3351-6347
CGC 759.548.91/0001-14 Inscrição Estadual - Isento

REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO

E C O N O M I A | E S T A D O | S O C I E D A D E

V. 35 - Nº 126

JANEIRO/JUNHO

2014

A REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO

é uma publicação semestral do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Paraná, Brasil.

A linha editorial da RPD constitui um espaço de livre acesso para o debate acadêmico por meio da publicação de artigos técnico-científicos, ensaios teóricos relacionados à área da socioeconomia, tendo como público-alvo professores, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e áreas afins, no Brasil e no exterior.

O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade de seus autores e não exprime, necessariamente, a opinião do Conselho Editorial e das instituições patrocinadoras.

CONSELHO EDITORIAL

Amália Maria Goldberg Godoy, *Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil*
Carlos Alberto Piacenti, *Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR, Brasil*
Carlos Antonio de Mattos, *Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Chile*
Christian Azais, *Universidade de Picardie Jules Verne, Amiens, França*
Claudio Salvadori Dedecca, *Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil*
Clélio Campolina Diniz, *Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil*
Elizabeth Maria Mercier Querido Farina, *Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*
Enrique Pastor Seller, *Universidade de Murcia, Murcia, Espanha*
Francisco de Assis Mendonça, *Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil*
Guilherme Costa Delgado, *Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil*
Hermes Yukio Higachi, *Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, Brasil*
Jaime Graciano Trintin, *Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil*
Jorge da Silva Accurso, *Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre, RS, Brasil*
José Alberto Magno de Carvalho, *Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil*
José Antonio Fialho Alonso, *Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre, RS, Brasil*
José Gabriel Porcile Meirelles, *Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil*
Juarez Alexandre Baldini Rizzieri, *Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*
Lorena Holzmänn, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil*
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, *Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil*
Marcio Pochmann, *Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil*
Maria Regina Gabardo da Camara, *Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil*
Maria Teresa de Noronha Vaz, *Universidade do Algarve, Faro, Portugal*
Mauro Del Grossi, *Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil*
Rosa Moura, *Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Curitiba, PR, Brasil*
Sachiko Araki Lira, *Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil*
Sergio Aparecido Ignácio, *Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Curitiba, PR, Brasil*
Silmara Nery Cimbalista, *Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil*
Sílvia Maria Araújo, *Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil*
Víctor Ramiro Fernández, *Universidad Nacional del Litoral, Santa Fé, Argentina*

EDITOR

Roberto Carlos Evencio de Oliveira da Silva

Secretária

Marcia Aparecida Leite Ribeiro

EDITORIAÇÃO

Coordenação

Maria Laura Zocolotti

Revisão

Estelita Sandra de Matias

Projeto gráfico, diagramação e capa

Régia Toshie Okura Filizola

Formatação dos originais

Ana Rita Barzick Nogueira e Léia Rachel Castellar

Revisão e tradução

Claudia F. B. Ortiz - Língua Espanhola

OnTheWay Idiomas - Língua Inglesa

Normalização bibliográfica

Maria Rosa Davin

Circulação: junho, 2014.

AGRADECIMENTO

A Editoria agradece aos pareceristas *ad hoc* que colaboraram com a *Revista Paranaense de Desenvolvimento* no primeiro semestre de 2014.

André da Rocha Santos, *Instituto Federal de São Paulo, Cubatão, SP, Brasil*
Antônio Tarcísio da Luz Reis, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil*
Benedito Albuquerque da Silva, *Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil*
Carlos César Santejo Saiani, *Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil*
Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil*
Ciro Campos Christo Fernandes, *Fundação Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, DF, Brasil*
Edilson Alves Pereira Júnior, *Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil*
Erik Alencar de Figueiredo, *Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil*
Fábio Domingues Waltenberg, *Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil*
Fernanda Sanchez, *Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil*
Flávia Lúcia Chein Feres, *Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil*
Gisléia Benini Duarte, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil*
Ítalo Itamar Caixeiro Stephan, *Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil*
Jandir Ferrera de Lima, *Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR, Brasil*
Jean dos Santos Nascimento, *Fundação Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil*
Jupira Gomes de Mendonça, *Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil*
Kelen Christina Leite, *Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, SP, Brasil*
Luiz Gustavo Antonio de Souza, *Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil*
Marcelino de Souza, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil*
Marcio Gazolla, *Universidade Federal de Santa Maria, Frederico Westphalen, RS, Brasil*
Marcos Thadeu Queiroz Magalhães, *Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil*
Maria Camila Loffredo D'Ottaviano, *Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*
Mariluce Paes de Souza, *Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, Brasil*
Marley Vanice Deschamps, *Universidade do Contestado, Canoinhas, SC, Brasil*
Paulo Marcelo de Souza, *Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil*
Pedro José de Oliveira Machado, *Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil*
Priscila Casari, *Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil*
Rejane Maria Alievi, *Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil*
Rosa Moura, *Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Curitiba, PR, Brasil*

SUMÁRIO

EDITORIAL	9
<i>Dossiê - Sociologia da Violência</i>	14
Questão Penitenciária: obstáculos epistemológicos e complexidade	29
<i>Penitentiary Question: epistemological obstacles and complexity</i>	
<i>Cuestion Penitenciaria: obstáculos epistemológicos y complejidad</i>	
<i>Luiz Antônio Bogo Chies</i>	
Os Desafios da Reforma da Polícia no Brasil	49
<i>The Challenges of Police Reform in Brazil</i>	
<i>Los Retos de la Reforma de la Policía en Brasil</i>	
<i>Luís Antônio Francisco de Souza e Thaís Battibugli</i>	
As UPPs, as Elites e a Imprensa: militarização e consumo no processo de “pacificação” de favelas do Rio de Janeiro	61
<i>The UPPs, the Elites and the Press: militarization and consumption in the “pacification” process in Rio de Janeiro’s slums</i>	
<i>Las UPPs, las Elites y la Prensa: militarización y consumo en el proceso de “pacificación” de las favelas de Río de Janeiro</i>	
<i>Dinaldo Almendra</i>	
Estado de Direito e Punição: a lógica da guerra no Rio de Janeiro	91
<i>Rule of Law and Punishment: the war rationale in Rio de Janeiro</i>	
<i>Estado de Derecho y Punción: la lógica de la guerra en Río de Janeiro</i>	
<i>Carlos Henrique Aguiar Serra e Thiago Rodrigues</i>	
Juventude Transviada? O processo de policialização das políticas públicas juvenis por meio do PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania	109
<i>Lost Youth? The police process of youth public policies through PRONASCI - National Program of Public Security and Citizenship</i>	
<i>Juventud Desviada? El proceso de policialización de las políticas públicas juveniles a través de PRONASCI - Programa Nacional de Seguridad Pública y Ciudadanía</i>	
<i>Rodrigo Bueno Gusso</i>	
ARTIGOS	
O Espaço e o Poder: por uma práxis no planejamento urbano autônomo	131
<i>Space and Power: for a praxis in the autonomous urban planning</i>	
<i>Espacio y Poder: por una práxis en la planificación urbana autónoma</i>	
<i>Luciana Maciel Bizzotto, Júlia de Carvalho Nascimento e Raquel Garcia Gonçalves</i>	
A Percepção do Espaço Urbano dentro do Simulacro - um estudo de caso	147
<i>The Perception of the Urban Space Inside the Simulacrum - a case study</i>	
<i>La Percepción del Espacio Urbano Dentro del Simulacro - un estudio de caso</i>	
<i>Leonardo Fireman de Castro Silva e Adriana Capretz Borges da Silva Manhas</i>	

Grandes Empreendimentos Terciários e a Estruturação Metropolitana Contemporânea: Gravataí, Região Metropolitana de Porto Alegre <i>Large-Scale Retail Developments in Contemporary Metropolitan Structure: Gravataí, Metropolitan Region of Porto Alegre</i> Grandes Empreendimientos del Terciario y la Estructuración Metropolitana Contemporânea: Gravataí, Región Metropolitana de Porto Alegre <i>Clarice Maraschin, Heleniza Ávila Campos, Leonardo Marques Hortencio e Letícia Thurmann Prudente</i>	161
Classificação de Vias Urbanas: o Código de Trânsito Brasileiro e os Planos Diretores Municipais no Estado do Paraná <i>Urban Roadways Classification: the Brazilian Traffic Code and the Municipal Master Plan in State of Parana</i> <i>Clasificación de las Carreteras Urbanas: el Código de Tránsito Brasileño y los Planes Maestros en el Estado del Paraná</i> <i>Fernando Domingues Caetano e Adalberto Matoski</i>	177
Análise da Degradação Ambiental nos Municípios e Mesorregiões do Estado do Paraná <i>Analysis of Environmental Degradation in Cities and Mesoregions of Paraná</i> <i>Análisis de la Degradación Ambiental en Municipios y Mesorregiones del Estado de Paraná</i> <i>Nelson Guilherme Machado Pinto, Mygre Machado Lopes e Daniel Arruda Coronel</i>	191
Desastres: percepção comparativa do impacto econômico e financeiro sobre o Estado do Paraná em 2012 <i>Disasters: perception of comparative financial and economic impact on the Parana State in 2012</i> <i>Desastres: percepción del impacto financeiro y económico en el Estado de Paraná en 2012</i> <i>Eduardo Gomes Pinheiro e Carlos Mello Garcias</i>	207
Normas para Publicação de Artigos <i>Guidelines for article publication</i> <i>Normas para publicación de artículos</i>	223

EDITORIAL

Este número da *Revista Paranaense de Desenvolvimento* traz, em sua primeira parte, o dossiê *Sociologia da Violência*, organizado pelo professor Pedro Rodolfo Bodê de Moraes, Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e Professor Adjunto no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná. A temática é abordada pelos autores considerando diferentes dimensões de estudo, em que estes discutem, dentre outros assuntos, a punição por intermédio do encarceramento, padrões de policiamento e políticas públicas para prevenção da violência contra a juventude.

Após o dossiê, a seção *Artigos* apresenta seis trabalhos cujo tema abrange o planejamento urbano e suas influências no desenvolvimento econômico regional, a questão da degradação ambiental e o impacto econômico dos desastres ambientais.

No primeiro artigo, intitulado *O Espaço e o Poder: por uma práxis no planejamento urbano autônomo*, as autoras Luciana Maciel Bizzotto, Júlia de Carvalho Nascimento e Raquel Garcia Gonçalves discutem o planejamento urbano como produto da construção autônoma das relações entre espaço e poder descentralizado.

A seguir, Leonardo Fireman de C. Silva e Adriana Capretz B. da S. Manhas analisam, no artigo *A percepção do espaço urbano dentro do simulacro – um estudo de caso*, o comportamento dos moradores em um condomínio fechado, e como a convivência neste ambiente influencia na percepção de realidade destes indivíduos.

No texto *Grandes empreendimentos terciários e a estruturação metropolitana contemporânea: Gravataí, Região Metropolitana de Porto Alegre*, Clarice Maraschin, Heleniza Ávila Campos, Leonardo Marques Hortencio e Letícia Thurmann Prudente examinam o papel dos grandes empreendimentos terciários no processo de estruturação espacial das regiões metropolitanas brasileiras, observando a lógica da localização e o potencial de estruturação dos grandes empreendimentos sobre o espaço no qual se inserem.

Na sequência, no artigo *Classificação de vias urbanas: o Código de Trânsito Brasileiro e os Planos Diretores Municipais no estado do Paraná*, os autores Fernando Domingues Caetano e Adalberto Matoski discutem a mobilidade urbana, enfatizando o caráter multifuncional das vias de trânsito que deve ser considerado na elaboração da política estadual de desenvolvimento urbano.

A seguir, no trabalho *Análise da degradação ambiental nos municípios e mesorregiões do estado do Paraná*, Nelson Guilherme Machado Pinto, Mygre Machado Lopes e Daniel Arruda Coronel apresentam uma metodologia para verificar o Índice de Degradação dos municípios paranaenses, identificando quais variáveis influenciam na degradação ambiental no estado, possibilitando uma análise comparativa com outras regiões do País.

Finalizando a seção *Artigos*, Eduardo Gomes Pinheiro e Carlos Mello Garcias, no artigo intitulado *Desastres: percepção comparativa do impacto econômico e financeiro sobre o estado do Paraná em 2012*, fazem uma análise dos desastres ocorridos no estado do Paraná, observando os impactos destes eventos na economia paranaense.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Roberto Carlos Evencio de Oliveira da Silva
Editor da Revista Paranaense de Desenvolvimento (RPD)

EDITORIAL

This issue of *Revista Paranaense de Desenvolvimento* brings you in its first part the dossier on Sociology of Violence, developed by Professor Pedro Rodolfo Bodê de Moraes, Doctor in Sociology by the *Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro* and Professor Assistant in the Department of Social Sciences of *Universidade Federal do Paraná*. The theme is approached by the authors considering different dimensions of study, which discuss, among other matters, punishment through incarceration, patterns of police work and public policies for prevention of violence against young people.

Right after the dossier, the section *Articles* will bring you six jobs whose theme approaches urban planning and its influences on the regional economical development, the matter of environment degradation and the economical impact of environmental disasters.

In the first article, called *Space and Power: for a praxis in the autonomous urban planning*, the authors Luciana Maciel Bizotto, Júlia de Carvalho Nascimento and Raquel Garcia Gonçalves discuss urban planning as a product of the autonomous building of relations between space and decentralized power.

Leonardo Fireman de C. Silva and Adriana Capretz B. da S. Manhas will analyze next, in the article *The Perception of Urban Space Inside the Simulacrum – a case study*, the behavior of residents in a private condominium and how living together in this environment influences the perception of reality of those individuals.

In the text *Large-scale Tertiary Ventures in Contemporary Metropolitan Structure: Gravataí, Metropolitan Area of Porto Alegre*, Clarice Maraschin, Heleniza Ávila Campos, Leonardo Marques Hortencio and Letícia Thurmann Prudente go over the role of large tertiary ventures in the process of space structuring of Brazilian metropolitan areas, watching the logic of location and organization potential of large ventures in the space they are in.

In the article *Urban Roadways Classification: the Brazilian traffic code and the municipal master plan in the State of Paraná*, the authors Fernando Domingues Caetano and Adalberto Matoski discuss urban mobility, emphasizing the multifunctional character of roadways that should be taken into account when planning the state policies of urban development.

The job *Analysis of Environmental Degradation in Cities and Mesoregions of Paraná*, written by Nelson Guilherme Machado Pinto, Mygre Machado Lopes and Daniel Arruda Coronel will show you the methodology used to check the Degradation Index of counties in the State of Paraná, pointing which variables influence on the environmental degradation in the state, enabling a comparative analysis with other regions of the country.

Finally in the section *Articles*, the job *Disasters: comparative perception of financial and economic impact on the State of Paraná in 2012*, Eduardo Gomes Pinheiro and Carlos Mello Garcias analyze the disasters in the state of Paraná, watching closely for the impacts of such events in the economy of the state.

We wish you a pleasant reading.

Roberto Carlos Evencio de Oliveira da Silva
Editor of *Revista Paranaense de Desenvolvimento (RPD)*

EDITORIAL

Este número de la *Revista Paranaense de Desenvolvimento* trae, en su primera parte, el Dossier *Sociologia da Violência*, organizado por el profesor Pedro Rodolfo Bodê de Moraes, doctor en Sociología por el Instituto Universitário de Pesquisas de Rio de Janeiro y profesor adjunto en el Departamento de Ciencias Sociales de la Universidade Federal do Paraná. La temática es abordada por los autores teniendo en cuenta diferentes dimensiones de estudio, cuando se discuten, entre otros asuntos, la punición por encarcelamiento, patrones de policiamiento y políticas públicas para prevención de la violencia contra la juventud.

Tras el *dossier*, la sección Artículos presenta seis trabajos cuyo tema trata de la planificación urbana y sus influencias en el desarrollo económico regional, la cuestión de la degradación ambiental y el impacto económico de los desastres ambientales.

En el primer artículo, titulado *O Espaço e o Poder: por uma práxis no planejamento urbano autônomo*, las autoras Luciana Maciel Bizzotto, Júlia de Carvalho Nascimento y Raquel Garcia Gonçalves discuten la planificación urbana como producto de la construcción autónoma de las relaciones entre espacio y poder descentralizado.

En seguida, Leonardo Fireman de C. Silva y Adriana Capretz B. da S. Manhas analizan, en el artículo *A percepção do espaço urbano dentro do simulacro – um estudo de caso*, el comportamiento de los habitantes en un condominio cerrado, y cómo la convivencia en este ambiente influencia la percepción de la realidad de estos individuos.

En el texto *Grandes empreendimentos terciários e a estruturação metropolitana contemporânea: Gravataí, Região Metropolitana de Porto Alegre*, Clarice Maraschin, Heleniza Ávila Campos, Leonardo Marques Hortencio y Letícia Thurmann Prudente examinan el papel de los grandes emprendimientos terciarios en el proceso de estructuración espacial de las regiones metropolitanas brasileñas, observando la lógica de la localización y el potencial de estructuración de esos emprendimientos sobre el espacio en el que están ubicados.

En la secuencia, en el artículo *Classificação de vias urbanas: o Código de Trânsito Brasileiro e os Planos Diretores Municipais no estado do Paraná*, los autores Fernando Domingues Caetano y Adalberto Matoski discuten la movilidad urbana, resaltando el carácter multifuncional de las vías de tránsito que debe ser considerado en la elaboración de la política estatal de desarrollo urbano.

En el trabajo *Análise da degradação ambiental nos municípios e mesorregiões do estado do Paraná*, Nelson Guilherme Machado Pinto, Mygre Machado Lopes y Daniel Arruda Coronel presentan una metodología para verificar el Índice de Degradación de los municipios paranaenses, identificando las variables que influyen en la degradación ambiental del estado, posibilitando un análisis comparativo con otras regiones del País.

Finalizando la sección Artículos, Eduardo Gomes Pinheiro y Carlos Mello Garcias hacen un análisis de los desastres ocurridos en el estado del Paraná, observando los impactos de esos eventos en la economía paranaense, en el artículo titulado *Desastres: percepção comparativa do impacto econômico e financeiro sobre o estado do Paraná em 2012*.

¡Deseamos a todos una buena lectura!

Roberto Carlos Evencio de Oliveira da Silva
Editor de la *Revista Paranaense de Desenvolvimento* (RPD)

DOSSIÊ SOCIOLOGIA DA VIOLÊNCIA

APRESENTAÇÃO

O que o termo violência nomeia? Consultando o *Dicionário Houaiss*, observamos que esta palavra possui várias acepções, mas quase todas estão relacionadas a “ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força”, o que nos leva a tomá-la como eminentemente negativa. No entanto, há uma questão fundamental: se a violência tem a intenção de impedir a ação violenta e ilegal, ela passa a ser vista como “legítima”, para utilizarmos uma categoria weberiana. Foi com este intuito que Max Weber (1991[1922]) formulou o importante conceito de *monopólio legítimo da violência*, que, para este autor, estaria concentrado no Estado, e seria condição para impedir ou reprimir as formas ilegais de violência, fossem elas dispersas ou tendo por origem outros grupos e organizações. Neste sentido, a violência não seria negativa, mas positiva e necessária ao processo de proteção social.

Nessa mesma linha de argumentação, Norbert Elias (1993[1939]) também se referiu ao *monopólio da violência* pelo Estado, que permitiria a pacificação do espaço social, assim como tornaria possível a internalização do autocontrole pelos indivíduos. Em sua teoria dos processos civilizatórios, Elias (1993[1939], p.205) afirmou que

A aprendizagem dos autocontroles, chame-se a eles de ‘razão’, ‘consciência’, ‘ego’ ou ‘superego’, e a consequente moderação dos impulsos e emoções mais animais, em suma, a civilização do ser humano jovem, jamais é um processo inteiramente indolor, e sempre deixa cicatrizes.

Continuando este tema, a saber, a internalização de valores, ou, de forma mais ampla, da cultura, Émile Durkheim (1978[1885]) destacou que a *formação do ser social* dar-se-ia, segundo sua teoria, por coerção, o que, nas palavras deste sociólogo francês, significava que “se lhe impõem [ao indivíduo], quer ele queira quer não” (1978[1885], p.88). Durkheim destacou que se trata mesmo da internalização das chamadas categorias do entendimento, tais como tempo e espaço, entre outras, que formariam a ossatura da inteligência e sem as quais seriam impossíveis os passos posteriores à formação do ser social.

Este preâmbulo tencionou positivar ou mostrar outra dimensão do “uso da força física e da intimidação moral”. Doravante trabalharemos com o seu aspecto negativo, como é tomado pelo senso comum e mídias e pode ser observado no uso intensivo da ideia de violência por estas esferas da vida social.

Para o senso comum, assim como para o senso comum douto (BOURDIEU, 1989, p.44), o termo violência teria uma relação, uma afinidade imediata, com o sentimento e percepção do medo. Na verdade, investigar o medo nos leva, quase sempre, ao medo da violência, cujo mal maior seria representado pela morte. Dito de outra forma, a previsão de algo ruim ou de mau pode acontecer e ser perpetrada pelo “uso da força física ou intimidação moral”, o que também pode ser tomado pelo aspecto da imprevisibilidade, entendida como a possibilidade de quebra da rotina e suspensão da

realização das expectativas, sendo frequentemente sentida como medo ou, o que seria a mesma coisa, sensação de insegurança.

Poderíamos afirmar, sem grande exagero, que falar da violência significaria acionar o medo. De tal forma que poderíamos afirmar – e agora forçando um pouco a análise – que violência é o nome que damos aos nossos medos, individualizados, ou à soma deles.

Como todo o resto, violências e medos são históricos, variam e diferem segundo o período histórico em foco, mas, como nos ensinou J. Delumeau (1989), parece haver alguns elementos que vêm se repetindo em diferentes cenários a partir do acionamento de três categorias: os “de fora”, o sobrenatural e o crime – como se o medo pudesse ser personificado em criaturas sobrenaturais ou seres humanos elevados a categorias de monstros morais, como muito bem assinalou Foucault (2002). Das três categorias anteriormente elencadas, tomemos uma categoria sobre cuja relação com o medo parece não haver dúvidas – o crime.

É verdade que todos os atos que são entendidos como crimes são percebidos como violências, e o seu tratamento pelo Direito Penal visa à punição, que, pelo menos em tese, será tanto maior quanto mais atingir e prejudicar o *bem jurídico* maior: a vida. Agora, também é fato que os atos elencados como crimes passam por um filtro criminalizador, que, como já havia alertado E. Durkheim, muda com o tempo e é dependente dos valores médios expressos na e pela consciência coletiva. Ou, como diria Nils Christie (1998, p.13),

O crime não existe. É criado. Primeiro existem atos. Segue-se depois um longo processo de atribuir significado a esses atos. A distância social tem uma importância particular. A distância aumenta a tendência de atribuir a certos atos o significado de crimes, e às pessoas o simples atributo de criminosas.

É assim que a homossexualidade ou a vadiagem deixam de figurar como tipos penais, surgindo outros novos, como os crimes ambientais. Neste sentido, mais radical ainda é, por exemplo, a discussão de leis que pretendem criminalizar as violências contra os homossexuais, as quais representam uma mudança no fluxo criminalizador.

De qualquer forma, é bom destacar que parte da discussão jurídica existe na esfera do *deve ser* (WEBER, 1991[1922]) e não se deve esquecer de que a intensidade e a aplicação de punições aos supostos crimes estão submetidas aos poderosos álibis representados pelo poder e pelo dinheiro.

A argumentação desenvolvida até este momento deve ser tomada como a base da construção e do recorte do presente dossiê, que versa sobre a sociologia da violência. A primeira explicação diz respeito aos temas abordados, a saber, a punição por intermédio do encarceramento, padrões de policiamento e políticas públicas para prevenção da violência contra a juventude, ainda que existam tantas outras formas de manifestação de violência, felizmente muito tematizadas contemporaneamente, como as violências de gênero, etnorracial, contra a infância e a velhice, por exemplo. Além dos limites físicos deste dossiê e das oportunidades referentes à oferta dos artigos, destacamos que os casos abordados, pelo menos idealmente, visariam exatamente a prevenir, reprimir e punir as violências que são criminosas, tendo por base a violência legítima instituída pelo Estado. Todavia, como sabemos e os artigos ora apresentados também demonstram, não só aquelas

agências são incapazes de cumprir o que prometem, como têm sido as responsáveis por aumentar o nível geral da violência com ações discricionárias, ilegais e ilegítimas. O que, em certa medida, coloca em xeque a própria legitimidade do Estado.

Mais uma vez, observamos que tais políticas se direcionam a determinadas classes e grupos sociais, outrora definidos como “classes perigosas”: os pobres, os moradores de periferias e/ou favelas e a juventude (pobre e de periferia, é claro). População sobre a qual, quando se pensa em uma ação ou uma política social, ela se faz com frequência, de forma diretamente policial, como no caso das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), ou pelo uso de um subterfúgio relativamente recente, que é a policialização das políticas sociais, ou seja, atribuindo-se centralidade das atividades às agências que têm por fim a repressão/punição como se estas fossem políticas sociais, ou entendendo-as como um primeiro passo na implantação daquelas políticas (BODÊ DE MORAES; KULAITIS, 2013).

Tal movimento pode ser associado ao avanço, pelo menos formal, de parâmetros democráticos e de inclusão social. Processo este que pouco tem a ver com a inclusão idealizada, e de certa forma cumprida, em alguns países, com a implementação do Estado de Bem-Estar Social, que não se aplica ao caso brasileiro, em que o Welfare State, se existiu, foi de maneira residual.

Os artigos que compõem este dossiê têm em comum, além da análise das já referidas políticas de prevenção e repressão do crime (seja lá o que assim for entendido), uma reflexão sobre a tentativa de reforma moral dos pobres (MACHADO DA SILVA, 2008).

O artigo de Luis Antônio Bogo Chies, intitulado *Questão penitenciária: obstáculos epistemológicos e complexidade*, trata de um antigo modo de reforma moral dos pobres: a punição por intermédio do encarceramento. Este autor destaca que pretende focar sua reflexão em aspectos epistemológicos, metodológicos e paradigmáticos, para alcançar a complexidade que a questão penitenciária exige. Assim, a retomada da crítica às “filosofias ‘re’” (ressocializadoras, reeducadoras, readaptadoras...) vem associada a uma arguta articulação entre as permanências culturais e o discurso técnico que levam à armadilha da construção da noção de “bom presídio”, cuja análise ele tem intenção de desconstruir.

Em *Os desafios da reforma da polícia no Brasil*, Luís Antônio Francisco de Souza e Thaís Battibugli discutem como as polícias, e em particular a Polícia Militar, seguem sendo instituições que resistem – mais que isto, reagem – a qualquer tentativa de reforma institucional, mantendo-se como instituições arcaicas, com forte impacto na construção de um novo padrão de policiamento e de segurança pública, ao mesmo tempo em que mantêm práticas e relações violentas com a população pobre e moradora de bairros periféricos. Os autores argumentam que somente com a “desmilitarização, a transparência, a quebra do insulamento institucional” poderíamos vislumbrar uma mudança efetiva, cabendo indagar se não se trataria de algo muito além do que uma reforma poderia oferecer, e se não estaríamos mesmo falando de uma refundação das polícias, para utilizarmos um termo de Luis Eduardo Soares (2014).

Dinaldo Almendra, em seu artigo *As UPPs, as elites e a imprensa: militarização e consumo no processo de “pacificação” de favelas do Rio de Janeiro*, partindo do caso concreto da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro,

mostra como esta experiência permite um desdobramento do padrão de policiamento descrito no artigo anterior por Souza e Battibugli, em uma tentativa de policiamento de proximidade, ressaltando como a mídia ocupou um lugar central na legitimação do processo. Este autor destaca que tal processo pretende “intervir e reorganizá-la nos parâmetros de civilidade e de ordem pública aceitos pelas elites” nos *territórios da pobreza*. Trata-se de um caso exemplar de policialização e militarização das políticas sociais que intensificaram a segregação e estigmatização daquelas populações.

O quarto artigo, de Carlos Henrique Aguiar Serra e Thiago Rodrigues, tem o título *Estado de Direito e Punição: a lógica da guerra no Rio de Janeiro*, em que apresentam o processo pelo qual se aciona o Direito Penal (que, como sabemos, deveria ser uma *ultima ratio*) para a gestão da população pobre, que, para tanto, é transformada em inimigo a ser eliminado. Neste sentido, ele completa as análises anteriores e permite que elas sejam articuladas no interior do sistema de justiça criminal. Composto pelo sistema penitenciário, das polícias e do judiciário, além do Ministério Público e da Defensoria Pública, o sistema de justiça criminal atua a serviço de um verdadeiro Estado de Exceção, cujo alvo são os pobres.

O artigo de Rodrigo Bueno Gusso traz a análise de um caso exemplar de policialização de política pública. Intitulado *Juventude transviada? O processo de policialização das políticas públicas juvenis por meio do PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania)*, o foco do artigo é o PROTEJO (Programa de Proteção de Jovens em Território Vulnerável), parte do PRONASCI que lida com a juventude, utilizando um dos conceitos mais ambíguos da ideologia estatal, a vulnerabilidade (Cf. MACHADO DA SILVA, 2008, p.50 e seguintes). Este artigo mostra como a juventude é tomada como um caso limite entre a vulnerabilidade e a periculosidade, que são as duas faces de uma mesma moeda, uma vez que a juventude vulnerável (mais uma vez os pobres e moradores de periferia) poderia oscilar de um polo a outro, e a intervenção estatal buscaria exatamente impedir tal movimento.

Pedro Rodolfo Bodê de Moraes

REFERÊNCIAS

- BODÊ DE MORAES, P. R.; KULAITIS, L. **Controle social perverso e a policialização das políticas públicas**: o caso da segurança com cidadania. Trabalho apresentado no Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, Araraquara, São Paulo, 2013.
- BOURDIEU, P. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- CHRISTIE, N. **A indústria do crime**: a caminho dos Gulags em estilo ocidental. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- DELUMEAU, J. **História do medo no Ocidente** - 1300-1800. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os Pensadores).
- ELIAS, N. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v.2.
- FOUCAULT, M. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SILVA, L. A. M. da. (Org.). **Vidas sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SOARES, Luiz Eduardo. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/politica/193-revista/edicao-182/2019-luiz-eduardo-soares-universalizar-a-upp-e-impossivel-sem-refundar-as-policias>>. Acesso em: 28 abr. 2014.
- WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991.

DOSSIER ON SOCIOLOGY OF VIOLENCE PRESENTATION

What does the term violence mean? Looking up in the dictionary we can see that the word has many definitions, although the majority of them is related to the “action or effect of coercing, employing physical force (against someone or something) or moral intimidation against somebody. A violent act. Cruelty. Force”. All those definitions have a negative connotation. However, there is a fundamental question: if violence is used to prevent a violent or illegal act then it could be seen as legit. This motif is what made the author formulate the important concept of legitimate monopoly of violence, which, for Max Weber (1991[1922]), would be concentrated in the State and a condition to hinder or repress illegal forms of violence, being them disperse or having groups or organizations as origin. In this sense violence would not be negative, but positive and necessary to the process of social protection.

Norbert Elias (1993[1939]) uses this line of argument to talk about monopoly of violence by the State, which would allow pacification of social space as well as making internalization of self control by individuals possible. In his theory of civilizatory processes, Elias (1993[1939], page 205) states that

Education of self control, either called ‘reason’, ‘consciousness’, ‘ego’ or ‘superego’ is the resulting moderation of the wildest impulses or emotions, in short, the civilization of the young human being, never an entirely painless process, always leaving scars.

Still referring to internalization of values, or in its broader sense culture, Emile Durkheim (1978[1985]) highlights that the formation of the social being would happen, according to her theory, through coercion, what, in the words of the French sociologist, would mean that “it shall be imposed to the person, whether he or she like it or not” (1978[1885], page 88). Durkheim highlights that it is indeed the internalization of the so called categories of understanding, such as time and space, among others, that would form the frame of intelligence and that without them the next steps of the formation of the social being would be impossible.

This preamble intends to show, or make positive, another dimension for the “use of physical force and moral intimidation”. Hereafter we will work with its negative aspect and how it is taken by common sense and the media as well as how it can be observed in the intensive use of the idea of violence by those places of social life.

For the common sense, as well as for the learned common sense (BOURDIEU, 1989, Page 44), the term violence would have a relation, like an immediate affinity, to the feeling and perception of fear. Actually, the investigation of fear drives us mostly to the fear of violence, whose biggest evil would be represented by death. That is, the prediction of something bad to be perpetrated by the “use of physical force or moral intimidation”, which can also be taken under the aspect of unpredictability, understood as the possibility of breaking up the routine and suspension of fulfillment of expectations, frequently felt as fear or feeling of insecurity, which is basically the same thing.

We could easily say, without any exaggeration, that speaking of violence would mean triggering the fear, in a way that we could say – now pushing it a little – that violence is the name we give our fears, either individualized or the sum of all of them.

Just like the rest, violence and fear are historical, varying and differing according to the historical period under analysis. Like J. Delumenau taught us well (1989), there seem to be some elements that have been repeating themselves in different scenarios from the triggering of three categories: “the outsider”, the supernatural and the crime. As if fear could be personified in supernatural creatures or human beings elevated to the category of moral monsters, just like Foucault (2002) highlighted. Out of the three categories previously listed, we shall use one that has undoubtedly relation to fear – the crime.

It is true that all the acts understood as crime are perceived as violence, and its treatment by Criminal Law targets the punishment, which, theoretically, should be bigger according to the amount of damage and harm caused to the greatest *judicial element*: life. Truth is that acts listed as crimes go through a criminal filter that, just like E. Durkheim said, changes as time passes and it depends on the values expressed in and by the collective consciousness. Like Nils Christie would say (1998, page 13),

Crime does not exist. It is created. First there is the act. Then there is a long process of attributing meaning to those acts. Social distance has a peculiar importance. Distance increases the propensity of attributing to certain acts the meaning of crimes, and to people the simple attribute of criminals.

This is how homosexuality or truancy is no longer considered as criminal offenses and environmental crimes are now considered an offense. In this sense, the discussion of laws that intend to criminalize violence against homosexuals is even more radical and represent a change in the criminalizing flow.

It is important to highlight, anyway, that part of the judicial discussion is in the *must be scope* (WEBER, 1991[1922]) and that the intensity and application of punishment to alleged crimes are submitted to the power alibis represented by power and money.

The argument developed up to this moment should be taken as the basis of building and cutting of the present dossier, which discusses the sociology of violence. The first explanation given to the themes approached i.e. the punishment through incarceration, patterns of Police work and public policies for prevention of violence against young people, although there are other forms of manifestation of violence, luckily largely mentioned these days, such as violence to genre, ethnic, elderly and children, just to name a few. Besides the physical limits of this dossier and the opportunities regarding the offer of articles, we would like to emphasize that the cases approached herein aim at preventing, repressing and punishing criminal violence based on legitimate violence instituted by the State. However, as it is not unheard, the articles now presented also show that the agencies that should have been responsible for fulfilling their promises are also the ones responsible for increasing the general level of violence by using discriminatory actions, both illegal and illegitimate, challenging the State's own legitimacy.

Once again we look at those policies directed to certain classes and social groups, yore defined as dangerous classes: poor people, residents of the outskirts and/or slums

and poor young people, of course. This is the kind of people who should be thought of for a social policy or action but instead are frequently and directly remembered by Police forces, as it is the case of the Pacifying Police Units (UPPs) or the use of a relatively new subterfuge, which is the *policialization* of social policies, that is, attributing responsibilities to agencies aiming at the repression and punishment as if they were social policies, or seen as a first step in the implementation of those policies (BODÊ DE MORAES; KULAITIS, 2013).

Such movement can be associated to the advance, at least formal, of democratic parameters and social inclusion, which has little to do with idealized inclusion and, in a way, accomplished in some countries through the implementation of the Social Welfare State, not applied in Brazil, where, if ever existed, was in a residual way.

The articles composing this dossier have in common, besides the analysis of the referred policies for prevention and repression of crime (whatever that means), the attempt of a moral reform of the poor (MACHADO DA SILVA, 2008).

The article written by Luis Antônio Bogo Chies, named ***The Penitentiary Matter: epistemological obstacles and complexity***, discusses an ancient way of moral reform of the poor: the punishment through incarceration. The author highlights his intention to focus his reflection on epistemological, methodological and paradigmatic aspects in order to achieve the complexity that the Penitentiary Matter requires. Thus, the resumption of criticism to the “re philosophy” (resocializing, reeducational, readaptive, etc) is associated to a canny articulation between cultural permanence and the technical discourse which lead to the trap of a good prison, whose analysis intends to deconstruct.

In **Challenges of Police reform in Brazil**, Luiz Antônio Francisco de Souza and Thais Battibugli discuss how the several police forces, especially the Military Police, still resist or react to any attempt of institutional reform, remaining as archaic institutions strongly impacted on the construction of a new pattern for police work and public safety, at the same time using violent practices and relations towards the poor population residing in the outskirts. The authors argue that only “demilitarization, transparency and breach of institutional isolation” will enable an effective change. It is relevant to ask if it is not about something larger than a reform may offer, or a re-foundation of the police force, using a term from Luis Eduardo Soares (2014).

Dinaldo Almendra, in his article **The UPPs, the Elite and the Press: militarization and consumption in the process of “pacification” in Rio**, based on a real case, i.e. the implementation of Pacifying Police Units (UPPs) in Rio de Janeiro, shows how this experience allows a ramification of the Police pattern described in the previous article written by Souza e Battibugli, in an attempt to develop a proximity police work, highlighting the role of the media in the legitimization of the process. The author emphasizes that the process intends to “intervene and reorganize parameters of civility and public order fully accepted by the elites” inside the territories of poverty, a model case of policialization and militarization of social policies that intensified segregation and stigmatization of that population.

The fourth article, written by Carlos Henrique Aguiar Serra and Thiago Rodrigues, is named **Rule of Law and Punishment: the logic of war in Rio de Janeiro**, presents the process in which Criminal Law is triggered (as we know it should be a *ultima ratio*)

for the management of the poor population, somehow, transformed into an enemy to be eliminated. Therefore, it completes previous analysis and allows them to be articulated inside the criminal justice system. The system of criminal justice, composed of the penitentiary system, the police forces, judiciary system and the Public Ministry, acts on the service of a true State of Exception, whose target is the poor population.

Rodrigo Gusso's article analyzes a model case of policialization of public policies. Named **Lost youth? The police process of youth policies through PRONASCI (National Program of Public Security and Citizenship)**, the article focuses on PROTEJO, Program for Protection of Young People in Vulnerable Territory, a part of PRONASCI that deals with young people, using one of the most ambiguous concepts of state ideology, the vulnerability (See MACHADO DA SILVA, 2008, pages 50 on). The text shows how youth is taken as a limit case between vulnerability and dangerousness, the two sides of the coin, once the vulnerable youth, once again poor people living in the outskirts could oscillate from one extreme to another and that the state intervention would try to prevent such movement.

Pedro Rodolfo Bodê de Moraes

REFERENCES

- BODÊ DE MORAES, P. R.; KULAITIS, L. **Controle social perverso e a policialização das políticas públicas**: o caso da segurança com cidadania. Trabalho apresentado no Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, Araraquara, São Paulo, 2013.
- BOURDIEU, P. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- CHRISTIE, N. **A indústria do crime**: a caminho dos Gulags em estilo ocidental. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- DELUMEAU, J. **História do medo no Ocidente - 1300-1800**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os Pensadores).
- ELIAS, N. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v.2.
- FOUCAULT, M. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SILVA, L. A. M. da. (Org.). **Vidas sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SOARES, Luiz Eduardo. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/politica/193-revista/edicao-182/2019-luiz-eduardo-soares-universalizar-a-upp-e-impossivel-sem-refundar-as-policias>>. Acesso em: 28 abr. 2014.
- WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991.

DOSSIER SOCIOLOGÍA DE LA VIOLENCIA PRESENTACIÓN

¿Qué es lo que nombra el término violencia? Consultando el *Diccionario Houaiss* observamos que la palabra posee varias acepciones, pero casi todas están relacionadas a la “acción o efecto de violentar, de emplear fuerza física (contra alguien o algo) o intimidación moral contra (alguien); acto violento, crueldad, fuerza”; es decir, nos lleva a tomarla como eminentemente negativa. Sin embargo, hay una cuestión fundamental: si la violencia tiene la intención de impedir la acción violenta e ilegal, ella comienza a ser vista como “legítima”, para utilizar una categoría weberiana. Fue con ese objetivo que Max Weber (1991[1922]) ha formulado el concepto de *monopolio legítimo de la violencia*, que, para este autor, estaría concentrado en el Estado y sería condición para impedir o reprimir las formas ilegales de violencia, sean ellas dispersas o teniendo por origen otros grupos y organizaciones. En este sentido, la violencia no sería negativa, sino positiva y necesaria al proceso de protección social.

En esa misma línea de argumentación, Norbert Elias (1993[1939]) también se refirió al *monopolio de la violencia* por el Estado, lo que permitiría la pacificación del espacio social, así como tornaría posible la internalización del autocontrol por los individuos. En su teoría de los procesos civilizatorios, Elias (1993[1939], p.205) afirma que

A aprendizagem dos autocontroles chame-se a eles de ‘razão’, ‘consciência’, ‘ego’ ou ‘superego’, e a consequente moderação dos impulsos e emoções mais animalescas, em suma, a civilização do ser humano jovem, jamais é um processo inteiramente indolor, e sempre deixa cicatrizes.

Continuando este tema, cual sea, la internalización de valores, o, de forma más amplia, de la cultura, Émile Durkheim (1978[1985]) ha destacado que *la formación del ser social* ocurriría, según su teoría, por coerción, lo que, en las palabras de este sociólogo francés, significaba que “se lhe impõem [al individuo], quer ele queira quer não” (1978[1885], p.88). Durkheim destaca que se trata de la internalización de las llamadas categorías del entendimiento, tales como tiempo y espacio, entre otras, que formarían la osamenta de la inteligencia y sin las cuales serían imposibles los pasos posteriores a la formación del ser social.

Este preámbulo intentó positivar o mostrar otra dimensión del “uso de la fuerza física y de la intimidación moral”; en adelante trabajaremos con su aspecto negativo, como es tomado por el sentido común y los medios de comunicación y puede ser observado en el uso intensivo de la idea de violencia por estas esferas de la vida social.

Para el sentido común, así como para el sentido común “douto” (BOURDIEU, 1989, p.44), el término violencia tendría una relación, una afinidad inmediata, con el sentimiento y percepción del miedo. En la verdad, investigar el miedo nos lleva, casi siempre, al miedo de la violencia, cuyo mal mayor sería representado por la muerte. Dicho de otro modo, la previsión de algo malo puede pasar y ser perpetrado por el “uso de la fuerza física o intimidación moral”, lo que también puede ser tomado por el aspecto de la imprevisibilidad, entendida como la posibilidad de quiebra de la rutina y suspensión

de la realización de las expectativas, siendo frecuentemente sentida como miedo, o, lo que sería lo mismo, sensación de inseguridad.

Podríamos afirmar, sin gran exageración, que hablar de la violencia significaría accionar el miedo. De esa forma podríamos afirmar – y ahora forzando un poco el análisis – que violencia es el nombre que damos a nuestros miedos, individualizados, o a la suma de ellos.

Como todo lo demás, la violencia y el miedo son históricos, varían y difieren según el período histórico en foco, pero, como nos ha enseñado J. Delumeau (1989), parece haber algunos elementos que se repiten en diferentes escenarios desde de la puesta en marcha de tres categorías: los “de afuera”, lo sobrenatural y el crimen – como si el miedo pudiera personificarse en criaturas sobrenaturales o seres humanos elevados a categorías de monstruos morales, como bien ha señalado Foucault (2002). De las tres categorías anteriormente elencadas, tomemos una categoría sobre cuya relación con el miedo parece no haber dudas: el crimen.

Es verdad que todos los actos entendidos como crímenes se perciben como violencia, y su tratamiento por el Derecho Penal incluye la punición, la cual, por lo menos en tesis, será mayor cuanto más dicha violencia perjudique el *bien jurídico* mayor: la vida. Ahora, también es un hecho que los actos elencados como crímenes pasan por un filtro criminalizador, que, como ya había alertado E. Durkheim, cambia con el tiempo y es dependiente de los valores medios expresos en y por la consciencia colectiva. O, como diría Nils Christie (1998, p.13),

O crime não existe. É criado. Primeiro existem atos. Segue-se depois um longo processo de atribuir significado a esses atos. A distância social tem uma importância particular. A distância aumenta a tendência de atribuir a certos atos o significado de crimes, e às pessoas o simples atributo de criminosas.

Es así que la homosexualidad o la vagancia dejan de figurar como tipos penales, surgiendo otros nuevos, como los crímenes ambientales. En este sentido, más radical aún es, por ejemplo, la discusión de leyes que pretenden criminalizar la violencia contra los homosexuales, la cual representa una mudanza en el flujo criminalizador.

De cualquier forma, es bueno resaltar que parte de la discusión jurídica existe en la esfera del *debe de ser* (WEBER, 1991[1922]), y no se debe olvidar que la intensidad y la aplicación de puniciones a los supuestos crímenes están sometidas a las poderosas coartadas representadas por el poder y por el dinero.

La argumentación desarrollada hasta el momento debe ser tomada como la base de la construcción y del recorte del presente dossier, que versa sobre la sociología de la violencia. La primera explicación se refiere a los temas abordados, cual sea, la punición por intermedio del encarcelamiento, patrones de policiamiento y políticas públicas para prevención de la violencia contra la juventud, aunque existan tantas otras formas de manifestación de la violencia, felizmente muy tematizadas contemporaneamente, como las violencias de género, etnoraciales, contra la infancia y la vejez, etc. Además de los límites físicos de este dossier y de las oportunidades referentes a la oferta de los artículos, destacamos que los casos abordados, por lo menos idealmente, tendrían como objetivo

exactamente prevenir, reprimir y punir las violencias que son criminosas teniendo por base la violencia legítima instituida por el Estado. Sin embargo, como sabemos y los artículos presentados lo demuestran, no solo aquellas agencias son incapaces de cumplir lo que prometen, sino han sido las responsables por aumentar el nivel general de la violencia con acciones discrecionales, ilegales e ilegítimas. Lo que, en cierta medida, pone en cuestión la propia legitimidad del Estado.

Una vez más observamos que dichas políticas se dirigen a determinadas clases y grupos sociales, antes definidos como “clases peligrosas”: los pobres, los moradores de periferias y/o favelas y la juventud (pobre y de periferia, por supuesto). Sobre esa población, cuando se piensa en una acción o una política social, ella se hace con frecuencia de forma directamente policial, como en el caso de las Unidades de Policía Pacificadoras (UPPs), o por el uso de un subterfugio relativamente reciente, que es la policialización de las políticas sociales; o sea, atribuyéndose la centralidad de las actividades a las agencias que tienen la finalidad de reprimir/punir como si estas fueran políticas sociales, o entendiéndolas como un primer paso en la implantación de aquellas políticas (BODÊ DE MORAES; KULAITIS, 2013).

Tal movimiento puede ser asociado al avance, por lo menos formal, de parámetros democráticos y de inclusión social. Proceso que tiene poco que ver con la inclusión idealizada, y de cierto modo cumplida, en algunos países, con la implementación del Estado de Bienestar Social, que no se aplica al caso brasileño, en donde el welfare state, si existió, fue de manera residual.

Los artículos que componen este dossier tienen en común, además del análisis de las referidas políticas de prevención y represión del crimen (sea como sea entendido), una reflexión sobre el intento de reforma moral de los pobres (MACHADO DA SILVA, 2008).

El artículo de Luis Antônio Bogo Chies, titulado *Questão Penitenciária: obstáculos epistemológicos e complexidade* trata de un antiguo modo de reforma moral de los pobres: la punición por intermedio del encarcelamiento. Este autor destaca que pretende focar su reflexión en aspectos epistemológicos, metodológicos y paradigmáticos, para alcanzar la complejidad que la cuestión penitenciaria plantea. Así, la reanudación de la crítica a las “filosofías ‘re’” (resocializadoras, reeducadoras, readaptadoras...) viene asociada a una articulación perspicaz entre las permanencias culturales y el discurso técnico que llevan a la trampa de la construcción de la noción del “buen presidio”, cuyo análisis él tiene la intención de desconstruir.

En *Os desafios da reforma da polícia no Brasil*, Luis Antônio Francisco de Souza y Thais Battibugli discuten cómo las policías, en particular la Policía Militar, siguen siendo instituciones que resisten – más que eso, reaccionan – ante cualquier intento de reforma institucional, manteniéndose como instituciones arcaicas, con fuerte impacto en la construcción de un nuevo patrón de policiamiento y de seguridad pública, a la vez que mantienen prácticas y relaciones violentas con la población pobre y moradora de barrios periféricos. Los autores argumentan que solamente con la “desmilitarización, la transparencia, la quiebra del aislamiento institucional” podríamos vislumbrar una mudanza efectiva, cabiendo indagar si no se trataría de algo más allá de lo que una reforma puede

ofrecer, si no estaríamos hablando de una refundación de las policías – para utilizar un término de Luis Eduardo Soares.

Dinaldo Almendra, en su artículo *As UPPs, as elites e a imprensa: militarização e consumo no processo de “pacificação” carioca*, partiendo del caso concreto de la implantación de las Unidades de Policía Pacificadoras (UPPs) en Rio de Janeiro, muestra cómo esa experiencia permite un despliegue del patrón de policiamiento descrito en el artículo anterior por Souza y Battibugli, intentando un policiamiento de proximidad, y resalta cómo los medios de comunicación ocuparon un lugar central en la legitimación del proceso. Este autor destaca que dicho proceso pretende “intervir e reorganizá-la nos parâmetros de civilidade e de ordem pública aceitos pelas elites” en los *territorios de la pobreza*. Se trata de un caso ejemplar de policialización y militarización de las políticas sociales que intensificó la segregación y la estigmatización de aquellas poblaciones.

El cuarto artículo, de Carlos Henrique Aguiar Serra y Thiago Rodrigues, tiene el título *Estado de Direito e Punição: a lógica da guerra no Rio de Janeiro*, y presenta el proceso por el cual se acciona el derecho penal (que, como sabemos, debería ser una *ultima ratio*) para la gestión de la población pobre, que, para eso, es transformada en enemigo a ser eliminado. En este sentido, el artículo completa los análisis anteriores y permite que sean articulados en el interior del sistema de justicia criminal. Compuesto por el sistema penitenciario, de las policías y del judiciary, además del Ministerio Público y la Defensoría Pública, el sistema de justicia criminal actúa en favor de un verdadero estado de excepción cuyo blanco son los pobres.

El artículo de Rodrigo Gusso trae el análisis de un caso ejemplar de policialización de política pública. Titulado *Juventude transviada? O processo de policialização das políticas públicas juvenis por meio do PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania)*, el foco del artículo es el PROTEJO, Programa de Proteção de Jovens em Território Vulnerável, parte del PRONASCI, que trata de la juventud, utilizando uno de los conceptos más ambiguos de la ideología estatal, la vulnerabilidad (Cf. MACHADO DA SILVA, 2008, p.50 y siguientes). Este artículo muestra cómo la juventud es tomada como un caso límite entre la vulnerabilidad y la peligrosidad, que son las dos caras de una misma moneda, ya que la juventud vulnerable (una vez más los pobres y moradores de periferia) podría oscilar de un polo a otro, y la intervención estatal buscaría exactamente impedir tal movimiento.

Pedro Rodolfo Bodê de Moraes

REFERENCIAS

- BODÊ DE MORAES, P. R.; KULAITIS, L. **Controle social perverso e a policialização das políticas públicas**: o caso da segurança com cidadania. Trabalho apresentado no Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, Araraquara, São Paulo, 2013.
- BOURDIEU, P. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- CHRISTIE, N. **A indústria do crime**: a caminho dos Gulags em estilo ocidental. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- DELUMEAU, J. **História do medo no Ocidente** - 1300-1800. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os Pensadores).
- ELIAS, N. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v.2.
- FOUCAULT, M. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SILVA, L. A. M. da. (Org.). **Vidas sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SOARES, Luiz Eduardo. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/politica/193-revista/edicao-182/2019-luiz-eduardo-soares-universalizar-a-upp-e-impossivel-sem-refundar-as-policias>>. Acesso em: 28 abr. 2014.
- WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991.

